

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO

CURSOS: ADMINISTRAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO, COMUNICAÇÃO SOCIAL – PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

ÁREA DE EXERCÍCIO: SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E FÓRUM DA COMARCA DE CAMPO GRANDE-MS

EDITAL Nº 01/2012

A Comissão Coordenadora de Estágio, constituída por meio da Portaria nº 469, de 04.04.2012, torna público aos estudantes em geral que estarão abertas as inscrições para seleção de candidatos interessados em participar do Programa de Estágio instituído por meio da Resolução nº 63, de 15.02.2012, publicada no Diário da Justiça nº 2592, de 17.02.2012, observadas as disposições das Leis nºs 11.788, de 25.09.2008 – Lei de Estágio -, e Lei nº 1.511, de 5.7.1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

O presente Processo Seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva a ser administrado pela Secretaria de Gestão Pessoal, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na forma disposta no presente Regulamento.

O exercício de estágio será formalizado com intermediação de Agente de Integração, mediante a lavratura de Contrato com o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

1) DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1) O exercício de Estágio destina-se a proporcionar a preparação do estudante das áreas de **ADMINISTRAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO, COMUNICAÇÃO SOCIAL – PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA** e de **SERVIÇO SOCIAL**, compreendendo o exercício transitório, sem vínculo empregatício, de atividades práticas que tenham correlação com a natureza da área profissional de ensino do estudante, colaborando no processo de complementação do conhecimento teórico, proporcionando experiência na área de sua formação profissional.

1.2) O estagiário obrigará-se-á, mediante Termo de Compromisso, a cumprir as condições estabelecidas para o estágio, especialmente aquelas que se reportem ao sigilo de informações a que tiver acesso, em face do desenvolvimento das atividades do estágio.

1.3) O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

2) DO PROCESSO SELETIVO

2.1) O Processo Seletivo de Estágio consistirá na realização de avaliação por meio de prova objetiva, aferindo o grau de aproveitamento de candidatos regularmente inscritos, com o objetivo de selecionar alunos regularmente matriculados nos cursos superiores de **ADMINISTRAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO, COMUNICAÇÃO SOCIAL – PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA** e de **SERVIÇO SOCIAL** em Instituições de Ensino Público ou Particular, oficiais e reconhecidas, com vistas a classificar os aprovados para exercício de Estágio no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2) Os estagiários aprovados no Processo Seletivo serão classificados com base no número de pontos obtidos na realização de prova objetiva, em ordem decrescente, considerados os critérios estabelecidos neste Regulamento.

2.3) As vagas para exercício de estágio serão preenchidas, gradativamente, sempre no interesse da Administração, observada a listagem de classificação geral dos estudantes selecionados.

3) DAS INSCRIÇÕES

3.1) As inscrições serão realizadas via INTERNET, por meio do endereço eletrônico www.tjms.jus.br, com disponibilização de Formulário próprio, **no período compreendido entre 08:00 h do dia 23 de abril de 2012 e 23:59: h do dia 02 de maio de 2012.**

3.2) A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital.

3.3) Após preencher o “**Formulário de Inscrição**”, o candidato deverá imprimir o Boleto Bancário, recolhendo o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), na rede bancária autorizada.

3.4) O valor descrito no item 3.3 **deverá ser recolhido até o dia 03 de maio de 2012**, impreterivelmente, observado o horário estabelecido pela rede bancária.

3.5) O estudante que preencher o “**Formulário de Inscrição**” e não recolher o valor descrito no item 3.3 terá sua inscrição automaticamente cancelada.

3.6) Serão aceitas inscrições de estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Públicas ou Particulares estabelecidas na forma da legislação em vigor do 1º ao antepenúltimo semestre – observada as disposições contidas nos itens 8.8 e 9.1,I, do presente Edital;

3.7) Não serão aceitas inscrições de candidatos que se enquadrem nas seguintes situações:

a) estudantes que estejam cumprindo somente dependência;

b) estudantes em regime de adaptação de grade curricular do Curso;

c) estudantes que se encontrem no segundo ano do exercício de estágio no Poder Judiciário ou que já tenham realizado estágio no Poder Judiciário por período superior a 1 (um) ano e 6 meses;

d) servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual;

e) candidato que tenha sido descredenciado, anteriormente, de exercício de estágio no Poder Judiciário, pelos seguintes motivos:

1. por aproveitamento insatisfatório, caracterizado em razão de negligência ou desinteresse por parte do estagiário;

2. por ausência injustificada por 05 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) dias intercalados, no período de um ano;

3. por descumprimento, pelo estagiário, de disposições contidas na Resolução nº 63, de 15.02.2012, e/ou no respectivo Termo de Compromisso;

4. por conduta incompatível do estagiário frente aos padrões de ordem social, moral, ética e outros estabelecidos pela Administração do Poder Judiciário;

5. apresentação de declaração ou documentação falsa ou omissão de informações.

4) DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

4.1) Ao candidato portador de deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso, observadas as seguintes condições:

I - Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e na Lei Estadual nº 3.681, de 27 de maio de 2009.

II – Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

III – Os candidatos portadores de deficiência que forem aprovados no presente Processo Seletivo constarão de listagem geral com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando, também, em listagem distinta, dentre os candidatos inscritos nessa condição.

4.2) Ficam reservadas às pessoas portadoras de deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas a serem preenchidas.

4.3) O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa portadora de deficiência, especificando a espécie, o grau ou nível da deficiência correspondente, o Código de Classificação Internacional de Doença (CID) e a provável causa da deficiência.

4.4) O candidato, após declarar no formulário de Inscrição Via Internet sua condição de portador de deficiência, deverá encaminhar à Secretaria de Gestão de Pessoal do Tribunal de Justiça, no curso do período das inscrições:

- a) Laudo médico, original e expedido em até 90 (noventa) dias anteriores à data de inscrição no concurso, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, e provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de sua prova;
- b) Cópia da Carteira de Identidade (ou documento de identificação), cópia do CPF, com informação de endereço e telefone;
- c) A solicitação, se necessária, no ato da inscrição, de realização de prova especial, especificando o tipo de deficiência, os recursos solicitados e o tempo de realização da prova;
- 4.5) A decisão da Junta Médica Oficial, em face do laudo apresentado, terá caráter terminativo e soberano quanto à qualificação do candidato e quanto ao grau da deficiência informada, concluindo, se for o caso, pelo acolhimento de sua inscrição na condição de portador de deficiência.
- 4.6) O candidato que não atender o disposto no subitem 4.4, letras “a”, “b” e “c”, no prazo assinalado, terá sua inscrição indeferida.
- 4.7) Os candidatos portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo, avaliação e local de aplicação das provas, ressalvada a situação quanto à forma de prestação e tempo de duração das provas, a requerimento do candidato - com base em informação registrada no ato da inscrição - e mediante deliberação da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.
- 4.8) As vagas reservadas para candidatos portadores de deficiência não preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida pelos candidatos no Processo Seletivo.

5) DA REALIZAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS

- 5.1) As provas do Processo Seletivo serão objetivas e realizadas em data, local e horário a serem divulgados no site do Tribunal de Justiça “www.tjms.jus.br”, e serão compostas de 10 questões de Língua Portuguesa e 26 questões de conhecimento específico da área de graduação do estudante, conforme conteúdo programático constante do Anexo I ao presente Edital.
- 5.2) O candidato deverá apresentar-se no local das provas com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início das provas, portando documento de identificação com foto, protocolo de inscrição, lápis, borracha e caneta esferográfica de cor azul ou preta.
- 5.3) Não terá acesso ao local de provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido no Edital de Convocação para Provas.
- 5.4) Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, consultas ou mesmo utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, tais como telefones celulares, pagers, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, sob pena de eliminação do candidato, sem direito a recurso.
- 5.5) Quando da realização da prova, o candidato deverá preencher seus dados pessoais, assinar o formulário e, ao final, entregar a folha de respostas devidamente identificada, preenchida e assinada, com a consignação de apenas uma resposta para cada questão, sem rasuras ou borrões, sob pena de anulação das questões indevidamente marcadas.
- 5.6) Os 3 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da folha de respostas e assinatura da Ata de Sala.
- 5.7) A prova terá duração de 03 (três) horas. O caderno de provas será liberado aos candidatos 60 minutos após o horário de início da prova.
- 5.8) A Prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, observado o conteúdo programático constante do **ANEXO I** deste Edital. Cada questão terá valor equivalente a 1 (um) ponto, totalizando 36 (quarenta e seis) pontos.
- 5.9) Será considerado aprovado o candidato que obtiver *o percentual correspondente a 50% ou mais do total de pontos das provas. O candidato com pontuação abaixo desse índice será considerado reprovado.*
- 5.10) Para eventuais casos de empate, a ordem de classificação observará os seguintes critérios:
- 1º - candidato que obtiver maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;
 - 2º - candidato que obtiver maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;
 - 3º – candidato matriculado em semestre superior ao do concorrente;

4º - candidato com idade superior à do concorrente.

6) DO GABARITO E DO RESULTADO DAS PROVAS

6.1) O gabarito das Provas Objetivas será divulgado, por meio eletrônico no site do Tribunal de Justiça “www.tjms.jus.br”, a partir de 48 (quarenta e oito) horas após a data de realização das provas.

6.2) O resultado final será divulgado por meio de listagens, por ordem de classificação, sendo:

a) uma listagem geral com o nome de todos os candidatos aprovados, especificada a área de estágio.

b) uma listagem com o nome dos candidatos aprovados, acolhidos na condição de portador de deficiência, especificada a área de atuação de estágio.

6.3) A divulgação do resultado será feita por meio eletrônico, no site do Tribunal de Justiça – “www.tjms.jus.br”.

7) DOS RECURSOS

7.1) Serão admitidos recursos quanto à formulação das questões e à alternativa considerada como correta nas provas.

7.2) Os recursos deverão ser interpostos em até **02 (dois)** dias úteis após a divulgação do **gabarito** das provas.

7.3) Os recursos deverão ser interpostos junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - na Secretaria de Gestão de Pessoal -, sediado no Prolongamento da Avenida Mato Grosso, Parque dos Poderes, Bloco 13, CEP 79031-902.

7.4) Na hipótese de acolhimento de Recurso, e havendo alteração da alternativa do gabarito preliminar, será publicado novo gabarito, para conhecimento dos candidatos.

8) DA HOMOLOGAÇÃO, DA CONVOCAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1) O Processo Seletivo, após concluídas todas as etapas, será homologado por meio de despacho da Direção-Geral do Tribunal de Justiça.

8.2) A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração, com a devida comunicação ao candidato, por “*e-mail*”, e divulgação no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, no tópico “Convocações”.

8.3) A convocação dos candidatos obedecerá a rigorosa ordem de classificação.

8.4) O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “*e-mail*” de convocação, no prazo **de 02 (dois)** dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

8.5) Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, uma única vez, para efeitos de futura convocação, no curso do prazo de validade do Processo Seletivo.

8.6) No ato da nova convocação, o estudante deverá manifestar-se expressamente, no prazo de **02 (dois)** dias, sobre o interesse no exercício do estágio ou desistência, sob pena de exclusão do processo seletivo.

8.7) O candidato que não apresentar manifestação formal, ou não comparecer ao local indicado no “*e-mail*” de convocação, no curso do prazo estabelecido nos itens 8.4 e 8.6, será automaticamente excluído da listagem de classificação e do Processo Seletivo.

8.8) Os candidatos que estejam cursando, na oportunidade da convocação, o último ano de faculdade, serão credenciados somente na hipótese de poder cumprir, pelo menos, 06 (seis) meses de estágio, até a conclusão regular do Curso, observado o prazo-limite semestral de 30 de junho ou 31 de dezembro, em cada ano.

8.9) O candidato que não puder cumprir exercício de estágio – a partir da data de credenciamento – em face de disposições regulamentares editadas pela Instituição de Ensino onde se encontre matriculado, será automaticamente excluído do Processo Seletivo.

8.10) A atualização dos endereços residencial e eletrônico, de telefones para contato, e o acompanhamento das convocações, divulgadas no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, são de inteira responsabilidade do candidato.

8.11) O candidato credenciado realizará seu estágio na Secretaria do Tribunal de Justiça, no Fórum ou nos Juizados Especiais da comarca de Campo Grande-MS.

8.12) O exercício de estágio será cumprido durante o horário de expediente diário cumprido pelos servidores lotados nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

9) DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ATO DO CREDENCIAMENTO

9.1) Para ser admitido no exercício de estágio, o candidato deverá comprovar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da manifestação, o atendimento aos seguintes requisitos:

I - estar regularmente matriculado e frequentando – do 3º ao penúltimo semestre do Curso de graduação superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

II - possuir nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;

III - estar em gozo dos direitos políticos, à exceção do aluno maior de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos, ainda não alistado como eleitor;

IV – estar quite com o serviço militar, no caso do aluno do sexo masculino de 18 (dezoito) anos ou mais;

V - não ter sido condenado criminalmente;

VI - possuir idade mínima de 16 anos;

VII - ser aprovado em Processo de Seleção;

9.2. O candidato deverá apresentar, ainda, os documentos constantes do ANEXO II ao presente Edital, firmando as seguintes Declarações:

a) Declaração de que não exerce atividades laborais ou de estágio relacionadas a prestação jurisdicional junto a órgão de advocacia pública, ou a particulares, a empresas privadas ou escritório de advocacia;

b) Declaração sobre exercício de estágio não subordinado a cônjuge, companheiro e/ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil.

9.3) O candidato que não apresentar os documentos especificados neste item não será credenciado, sendo excluído, automaticamente, do Processo Seletivo.

10) DO EXERCÍCIO E CONDIÇÕES DO ESTÁGIO

10.1) O exercício de estágio terá a duração de 1 (um) ano e será regido observadas as disposições das Leis nº 11.788, de 25.9.2008, e 1.511, de 5.7.1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias -, e demais Regulamentos sobre o assunto.

10.2) O estagiário deverá comparecer diariamente no local determinado pela Administração, para cumprir jornada de estágio de 05 (cinco) horas diárias, de 2ª a 6ª feira.

10.3) O estagiário regularmente credenciado e no exercício do estágio receberá uma Bolsa-Auxílio mensal e Auxílio-Transporte, em valor estabelecido pela Administração do Tribunal de Justiça.

10.4) Para efeito do cálculo da Bolsa, será considerada a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de ausências não abonadas pela Administração.

10.5) O estagiário faz jus ao recesso correspondente ao exercício de 12 meses de estágio (a ser usufruído proporcionalmente quando ocorrer o desligamento em data anterior ao cumprimento de 12 meses de estágio).

10.6) O estagiário não fará jus ao recebimento de auxílio-alimentação ou, ainda, à inclusão no Plano de Saúde dos servidores do Poder Judiciário.

11) DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO E DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

11.1) O exercício do estágio será concluído após o decurso de 1 (um) ano, procedendo-se ao desligamento do estagiário.

11.2) O exercício do estágio poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, observado o interesse e a conveniência da Administração, excetuada a situação do estudante portador de deficiência, na forma da Lei.

11.3) O desligamento do estagiário, que se dará mediante rescisão do Termo de Compromisso, ocorrerá:

I – automaticamente, ao término do período máximo de 02 (dois) anos de exercício de estágio;

II – pela conclusão, mudança, interrupção do Curso ou desligamento do estagiário da Instituição de Ensino, obrigando-o, nesses casos, a comunicar à Secretaria de Gestão de Pessoal, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva ocorrência;

III - no interesse e por conveniência do Tribunal de Justiça ou da Instituição de Ensino em que está matriculado o estagiário;

IV – quando comprovado o aproveitamento insatisfatório, caracterizado em razão de negligência ou desinteresse por parte do estagiário;

V- pela ausência injustificada por 05 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) dias intercalados, no período de um ano;

VI – por apresentação de atestado médico que determine ausência superior a 60 (sessenta) dias;

VII - por descumprimento, pelo estagiário, das disposições contidas na Resolução nº 63, de 15.02.2012, e/ou no respectivo Termo de Compromisso;

VIII– por conduta incompatível do estagiário frente aos padrões de ordem social, moral, ética e outros estabelecidos pela Administração do Poder Judiciário;

IX– Quando verificada e comprovada a apresentação de declaração ou documentação falsa ou omissão de informações;

X - a pedido do estagiário.

11.4) O encerramento do último semestre letivo efetivamente concluído pelo aluno terá por referência as datas de 30 de junho ou 31 de dezembro, em cada ano.

11.5) O exercício do estágio fluirá normalmente no curso do período de férias escolares.

12) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1) Os atos decorrentes do Processo Seletivo, contados a partir da homologação do Resultado Final, terão validade de 12 (doze) meses, período em que será rigorosamente observada a listagem de classificação geral para efeitos de credenciamento de estagiários até a data-limite correspondente ao período previsto neste item.

12.2) O prazo de validade previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, atendidos o interesse e a conveniência da Administração.

12.3) O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterize conduta de má-fé ou outras para lograr proveito próprio, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou comprobatória de matrícula no curso informado.

12.4) Todos os procedimentos relativos a orientação e exercício de estágio serão supervisionados pela Secretaria de Gestão de Pessoal do Tribunal de Justiça e administrados pelo Agente de Integração.

12.5) As situações não previstas neste Edital serão apreciadas e suplementadas, se necessário, pela Direção-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

12.6) Integram o presente Edital os **ANEXOS I** – Conteúdo Programático – e **II** – Documentos para credenciamento do estagiário.

Campo Grande, 23 de fevereiro de 2012.

A Comissão Coordenadora:

Celso Sokuzo Guibu	Diney de Fátima Garcia Brandão da Silva	Lucia Helena Katayama Tsuge
Presidente da Comissão	Membro da Comissão	Membro da Comissão

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PORTUGUÊS

- a) Ortografia oficial
- b) Acentuação gráfica
- c) Flexão nominal e verbal
- d) Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação
- e) Emprego de tempos e modos verbais
- f) Vozes do verbo
- g) Concordância nominal e verbal
- h) Regência nominal e verbal;
- i) Crase
- j) Pontuação
- k) Intelecção de texto

ADMINISTRAÇÃO

TEORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO: Teoria Burocrática, Teoria de Relações Humanas, Administração por Objetivos, Teoria Comportamental, Abordagem Contingencial, Teoria dos Sistemas, Departamentalização, Administração Contemporânea, Liderança e Trabalho em Equipe, Padronização.

- AS FUNÇÕES DO PLANEJAMENTO, DA ORGANIZAÇÃO, DA DIREÇÃO, DO CONTROLE E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- NOÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios Constitucionais da Administração Pública (Constituição Federal/1988: Da Administração Pública: Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos); Conceito e Aplicação das Políticas Públicas; Gestão de Pessoas na Administração Pública: Lei 3.310/2006-Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário (Do Provedor: Disposições Gerais; Da Nomeação; Da Posse; Do Exercício; Do Estágio Probatório; Da Estabilidade; Da Vacância); Gestão de Materiais na Administração Pública: Lei 8.666/93 (Dos Princípios; Das Compras; Das Modalidades, Limites e Dispensa; Da Execução dos Contratos); Gestão Orçamentária e Financeira: Lei 4.320/64 (art. 34 ao 38; 58 ao 70) e Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101/2000 (Do Planejamento; Da Despesa Pública; Da Receita Pública).

BIBLIOTECONOMIA:

Fundamentos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: conceituação, princípios, evolução. Administração de bibliotecas: conceitos básicos. Tipos de documentos e finalidades. Documentação Jurídica : conceitos (projetos, leis, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções legislativas, atos, portarias e outros). Formação e desenvolvimento de acervos: políticas de desenvolvimento, seleção, aquisição e descarte. Processamento da informação: descrição e pontos de acesso com base no código de catalogação Anglo-Americano (AACR2). Representação temática do conteúdo com base nos códigos de notação de autor: tabela PHA e de classificação: Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal de Direito (CDDir). Indexação e resumos. Normalização: conceitos e funções: trabalhos acadêmicos, citações e referências bibliográficas com base na ABNT. Serviço de referência: disseminação seletiva (DSI), estudo do usuário. Sistemas de redes de informação: tipos de sistemas e redes, compartilhamento de recursos e cooperação bibliotecária, bases de dados jurídicas. Informatização de acervos, produtos e serviços de bibliotecas: fundamentos, ISO 2709, Z39.50, MARC, metadados, mecanismos de busca.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTABILIDADE PÚBLICA: Conceito, objeto e regime; Campo de aplicação; Legislação básica (Lei 4.320/64, e LRF 101/00, de 05/05/00); Receitas e despesas públicas (conceito, classificação econômica e estágios); Receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias; Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM; Noções de Administração Orçamentária e Financeira (Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei do Orçamento, Princípios Orçamentários e Créditos Adicionais); Demonstrações Contábeis de acordo com a Lei 4.320/64 e Resolução CFC Nº 1.133/08.

CONTABILIDADE GERAL: Contabilidade: objeto, finalidade e objetivos; Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido; Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93, publicada no DOU de 31/12/93, SEÇÃO I, pág. 21582 ou http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc); Equação fundamental do patrimônio; Representação gráfica da situação patrimonial; Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais; Sistema de contas: plano de contas; Provisões em geral; Escrituração: conceito e métodos – lançamento contábil; rotinas e fórmulas; processo de escrituração; Métodos das partidas dobradas; Balancete de verificação e Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei 6.404/76 e suas alterações dadas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 (lei das sociedades por ações).

COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO)

História da Imprensa; Elementos básicos e teorias da comunicação; Opinião pública; Categorias de comunicação (interpessoal, grupo, organizacional, dirigida e de massa; cultura de massa e os meios de comunicação; Novas mídias e tecnologias; Processo de globalização e indústria cultural; Objetividade x subjetividade no jornalismo (gêneros jornalísticos); Responsabilidade social do comunicador; Critérios de noticiabilidade; Características e itens que compõem o texto jornalístico; Normas dos meios de comunicação de massa; Ética jornalística; Segmentação do veículo em editorias; Sociologia na comunicação; Elementos e princípios do design e produção gráfica; Conhecimento básico de softwares utilizados na diagramação; Plano de comunicação; Agenda setting; Assessoria de imprensa, clipping e media training; Radiojornalismo (segmentação, público-alvo, a notícia e seu tratamento); e Telejornalismo (segmentação, público-alvo, a notícia e seu tratamento).

COMUNICAÇÃO SOCIAL (PUBLICIDADE E PROPAGANDA)

Semiótica: signos; Planejamento de Comunicação; Convergência de mídias; Conceitos de comunicação interna e externa; Publicidade on-line; Briefing; Produção gráfica; Linguagem publicitária; Anúncios publicitários; Editoração eletrônica; Edição de Vídeo, Tratamento de Imagens.

PEDAGOGIA

- 1- Didática: objeto de estudo da didática, tendências pedagógicas, teorias do ensino/aprendizagem, aprendizagem significativa e contextualizada, planejamento, avaliação, prática pedagógica, pedagogia de projetos, alfabetização e letramento
- 2- Fundamentos da Educação Infantil: Teóricos Piaget e Vygotsky, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil- vols 1, 2, 3, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
- 3- Fundamentos da Educação Inclusiva: educação e inclusão social
- 4- Fundamentos Sociológicos da Educação
- 5- Fundamentos Psicológicos da Educação
- 6- Fundamentos Filosóficos da Educação
- 7- Formação do professor
- 8- LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9394/96
- 9- Projeto Político Pedagógico- concepção, fundamentação teórica e elaboração

PSICOLOGIA

1. Código de Ética do Psicólogo; 2. Instrumentos e Técnicas da Psicologia; 3. Processos de Avaliação Psicológica; 4. Teorias e Técnicas Psicoterápicas; 5. Psicologia da Personalidade; 6. Psicologia do Desenvolvimento; 7. Lei nº 10.741, de 1º.10.2003; 8. Lei nº 8.069, de 13.7.1990. 9. Resolução CFP 002/2003; 10. Resolução CFP 007/2003.

SERVIÇO SOCIAL

1. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais; 2. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; 3. Instrumentos e Técnicas do Serviço Social; 4. Lei nº 8.742, de 07.12.1993 – LOAS; 5. Política Nacional da Assistência Social – PNAS; 6. Sistema Único da Assistência Social – SUAS; 7. Resolução 109, de 11.11.2009 – Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais; 8. Sistema Único da Saúde – SUS; 9. Lei nº 8.069, de 13.07.1990 – ECA; 10. Lei nº 10.741, de 1º.10.2003 – EI.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ESTÁGIO NO PODER JUDICIÁRIO

NOME: _____

ESTAGIÁRIO

1. FOTOCÓPIAS DOS DOCUMENTOS:

- Carteira de Identidade (RG)
- Comprovante do CPF (CIC)
- Título de Eleitor
- Certidão de Casamento ou, se solteiro, Certidão de Nascimento
- Certificado Militar ou equivalente que comprove estar em dia com as obrigações militares
- Comprovante de Residência

2. OUTROS DOCUMENTOS:

- 01 Foto 3 x 4 recente para o prontuário do estagiário
- Atestado de matrícula (CÓPIA)
- Certidão Criminal – constando não ter sofrido condenação criminal - fornecida pelo Cartório de Distribuição do Fórum das cidades em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos – (fornecida pelo Tribunal de Justiça no site www.tjms.jus.br , para o residente no Mato Grosso do Sul).
- Certidão da Justiça Eleitoral – constando estar em gozo dos direitos políticos (fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE, podendo ser obtida no *site* www.tre-ms.gov.br)

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2625 DE 10 DE ABRIL DE 2012.